

PAULO DE TARSO VIEIRA SANSEVERINO

Mestre e doutorando em Direito Civil pela Faculdade de Direito da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professor de Direito Civil na Faculdade de Direito da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS, lecionando
também na Escola da Magistratura da Ajuris e em cursos de pós-
graduação e especialização em faculdades do Rio Grande de Sul.
Tem diversos artigos publicados e é autor da obra Responsabilidade Civil
no Código do Consumidor e a defesa do fornecedor.

Contratos Nominados II

Contrato Estimatório
Doação
Locação de Coisas
Empréstimo
(Comodato - Mútuo)

Coordenação
Miguel Reale
Judith Martins-Costa

Editora Revista dos Tribunais
2005

347.44(81)
S229c



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sanseverino, Paulo de Tarso Vieira

Contratos nominados II: contrato estimatório, doação, locação de coisas, empréstimo (comodato - mutuo) / Paulo de Tarso Vieira Sanseverino. - São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2005. - (Biblioteca de direito civil. Estudos em homenagem ao Professor Miguel Reale; v. 4)

Bibliografia.

ISBN 85-203-2840-7

1. Contratos nominados (Direito civil) — Brasil 2. Reale, Miguel, 1910 — 1. Título. II. Serie.

05-8797

CDU-347.440.16(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil: Contratos nominados : Direito civil 347.440.16(81)

347.44(81)
S229c



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
--------------	---

DO CONTRATO INTIMATÓRIO

Art. 534	23
1. Conceito	24
2. Histórico	26
a) Direito romano	26
b) Direito europeu	27
c) Direito brasileiro	28
3. Características	29
a) Coisa móvel	30
b) Consignação	32
c) Preço de estima	33
d) Prazo	34
e) Forma e prova	35
4. Natureza jurídica	36
5. Distinção de outros contratos	37
a) Mandato	38
b) Comissão mercantil	38
c) Compra e venda	40
d) Outros contratos (sociedade, depósito)	41
6. Natureza da obrigação do consignatário	42
7. Eficácia: transmissão da propriedade da coisa	44
8. Riscos	45
9. Extinção da relação contratual	45
10. Falência	46
a) Consignante	46
b) Consignatário	47
Art. 535	47
1. Perecimento accidental da coisa consignada	47
2. Fatos não imputáveis ao consignatário	49
3. Vícios redibitórios	49
Art. 536	50
1. Penhora ou seqüestro da coisa consignada	50
2. Alienação da coisa pelo consignatário a terceiro	51
Art. 537	52
1. Vedação a alienação da coisa pelo consignante antes da restituição	52

347.44(81)
S229c



2. Venda da coisa pelo consignante a terceiro antes da restituição	53
a) Nulidade	53
b) Anulabilidade	54
c) Ineficácia	54
d) Efeitos da venda pelo consignante antes da restituição	55

DA DOAÇÃO

Seção I Disposições gerais

Art. 538	57
1. Conceito	59
2. Histórico	60
3. Elementos	62
a) Transferência patrimonial	63
b) <i>Animus donandi</i>	64
4. Aceitação do donatário	65
a) Aceitação expressa	66
b) Aceitação tácita	67
c) Aceitação presumida	67
d) Dispensa de aceitação	67
5. Natureza jurídica	69
a) Unilateral	69
b) Gratuito	70
c) Formal	70
d) Consensual ou real	71
6. Modalidades de doação	74
a) Doação pura e simples	74
b) Doação modal ou com encargo	75
c) Contemplação de merecimento	75
d) Doação remuneratória	76
e) Doação condicional	76
7. Promessa de doação	77
a) Contrato preliminar	77
b) Promessa de doação nos processos de separação	78
8. Requisitos formais	80
a) Objeto	80
b) Forma	81
c) Capacidade	81
9. Restrições a liberdade de doar	82

347.44(81)
S229c



a) Doação universal	82
b) Doação inoficiosa	83
c) Doação em prejuízo dos credores	84
d) Doação do cônjuge adúltero ao cúmplice	84
10. Efeitos da doação	85
a) Inadimplemento do doador	85
b) Inadimplemento do encargo pelo donatário	85
c) Vícios	85
d) Caducidade	86
e) Revogação	86
f) Despesas da doação	87
Art. 539	89
1. Aceitação presumida do donatário pelo decurso do prazo	89
2. Desistência do doador antes da aceitação do donatário	90
3. Morte do doador	90
4. Morte do donatário	91
5. Inaplicabilidade a doação com encargo	92
Art. 540	92
1. Liberalidade em determinadas doações	93
2. Doação em contemplação de merecimento	93
3. Doação remuneratória	93
4. Doação com encargo	94
Art. 541	96
1. Necessidade de forma escrita nas doações em geral	96
2. Informalidade nas doações de pequeno valor	98
3. Modalidades de aceitação e a forma da doação	100
Art. 542	100
1. Doação a nascituro	101
2. Aceitação pelo representante legal	101
3. Condição suspensiva	102
4. Situações assemelhadas	102
Art. 543	103
1. Dispensa de aceitação nas doações a incapazes	103
2. Donatário absolutamente incapaz	104
Art. 544	105
1. Doação de ascendente a descendente	105
2. Distinção da venda de ascendente a descendente	107
3. Doações entre cônjuges	108
Art. 545	110
1. Doação em forma de subvenção periódica	110
2. Termo final	111
3. Limitações	113



Art. 546	113
1. Doação <i>propter nuptias</i>	113
2. Forma	114
3. Efeitos	115
4. Doação a prole futura	115
5. Doação <i>mortis causa</i>	117
6. Outras situações	117
Art. 547	118
1. Doação com clausula de reversão	118
2. Clausula de reversão em favor de terceiro	119
3. Outras situações de reversão	120
Art. 548	121
1. Doação universal	121
2. Pressupostos	122
3. Efeitos	124
Art. 549	125
1. Doação inoficiosa	126
2. Pressupostos	127
3. Efeitos	128
4. Ação de redução de doação inoficiosa	129
Art. 550	132
1. Doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice	132
2. Pressupostos	134
3. Efeitos	135
4. Ação anulatória	136
5. Prazo	136
6. Eficácia da sentença	137
Art. 551	138
1. Doação conjuntiva	138
2. Doação a casal	139
Art. 552	141
1. Juros moratórios	142
2. Evicção	142
3. Vícios redibitórios	144
Art. 553	144
1. Legitimidade para exigência do cumprimento do encargo da doação	145
2. Procedimento	147
Art. 554	148
1. Doação a entidade futura não constituída regularmente	148
2. Direito italiano	149
3. Direito brasileiro	150



Seção II

Da revogação da doação

Art. 555	152
1. Extinção da doação	152
2. Revogação da doação	153
Art. 556	154
1. Renúncia previa ao direito de revogar a doação	155
2. Possibilidade de renúncia posterior	156
Art. 557	157
1. Conceito jurídico de ingratidão	157
2. Rol exemplificativo das causas de revogação por ingratidão	158
3. Homicídio	163
4. Lesões corporais	164
5. Honra	165
6. Alimentos	167
7. Outras hipóteses de ingratidão	169
Art. 558	169
1. Ato de ingratidão contra parentes próximos do doador	169
2. Extensão do elenco de parentes próximos	170
Art. 559	171
1. Natureza do prazo	171
2. Termo inicial	173
3. Prazo da revogação por descumprimento do encargo	173
Art. 560	176
1. Natureza da ação revocatória	176
2. Exceções	177
Art. 561	178
1. Homicídio do doador	178
2. Legitimidade ativa	180
3. Perdão do doador	180
Art. 562	180
1. Revogação da doação com encargo	181
2. Procedimento	182
Art. 563	183
1. Eficácia da sentença	183
2. O valor da restituição	184
Art. 564	186
1. Doações irrevogáveis por ingratidão	186
2. Modalidades de doações irrevogáveis por ingratidão	187
a) Doações remuneratórias	187



b) Doações com encargo cumprido	187
c) Doações em cumprimento de obrigação natural	188
d) Doações em contemplação de casamento	188
3. Doações revogáveis por ingratidão	189

DA LOCAÇÃO DE COISAS

Art. 565	190
1. Conceito	191
2. Histórico	192
a) Direito romano	193
b) Código Civil de 1916	194
c) Decodificação	194
d) Código Civil de 2002	196
3. Âmbito de incidência	197
a) Antinomia	197
b) Lei de locação de imóveis urbanos	199
c) Arrendamento mercantil	199
d) Pessoas jurídicas de direito publico	200
e) Apart-hotéis e <i>flats</i>	201
f) Vagas de garagem e espaços de publicidade	202
g) Arrendamento rural	203
h) Eficácia subsidiária	203
i) Conclusão	204
4. Elementos	205
a) Cessão de uso e gozo	205
b) Coisa não fungível	206
c) Retribuição (preço ou aluguel)	207
d) Prazo	208
5. Natureza jurídica	209
a) Bilateral	209
b) Oneroso	209
c) Comutativo	209
d) Consensual	210
e) Informal	210
f) Trato sucessivo ou execução continuada	211
6. Obrigações dos contratantes	212
7. Desenvolvimento da relação contratual	212
8. Extinção da relação contratual	212
a) Causas anteriores ou concomitantes a formação da relação locatícia	213
b) Vontade das partes (resilição negocial)	214

347.44(81)
S229c



c) Inadimplemento	216
9. Incidência do CDC	217
Art. 566	218
1. Obrigações do locador	218
2. Entrega e manutenção da coisa em bom estado	219
3. Garantia do uso pacífico da coisa	220
Art. 567	222
1. Deterioração da coisa locada	222
2. Efeitos	223
Art. 568	224
1. Dever de garantia do locador	225
2. Embaraços e turbações	225
3. Vícios	226
Art. 569	227
1. Obrigações do locatário	228
2. Pagamento pontual do aluguel	228
3. Uso da coisa conforme convencionado	229
4. Dever de informação	229
5. Restituição da coisa no final do contrato	230
Art. 570	231
1. Desvio de finalidade no uso da coisa locada	231
2. Efeitos	232
Art. 571	233
1. Restituição da coisa antes do prazo determinado	233
2. Efeitos da denúncia antecipada para o locador	234
3. Efeitos para o locatário	235
4. Denúncia na locação por prazo indeterminado	235
Art. 572	236
1. Novidade legislativa	236
2. Redução equitativa da indenização	237
Art. 573	238
1. Termo final da locação	238
2. Abrangência da regra 239 Art. 574	239
1. Prorrogação da locação	240
2. Prazo indeterminado	240
Art. 575	241
1. Efeitos da mora do locatário	242
2. Ampliação da responsabilidade do locatário pela mora	242
3. Arbitramento do aluguel-pena	242
4. Redução equitativa do aluguel-pena pelo juiz	243
5. O aluguel-pena e a locação de imóveis urbanos	244
Art. 576	245



1. Venda da coisa locada	246
2. Preferência do locatário	246
3. Vigência da locação na alienação da coisa locada	247
a) Locação por prazo determinado	248
b) Clausula contratual expressa	248
c) Registro	248
4. Prazo para desocupação do imóvel locado alienado	249
Art. 577	249
1. Morte dos contratantes	250
2. Clausula especial	251
3. Morte dos contratantes na lei de locação de imóveis urbanos	251
Art. 578	251
1. Benfeitorias	252
2. Direito de retenção da coisa locada	253
3. Clausula de renúncia a indenização por benfeitorias	254
4. Indenização por benfeitorias	255
5. Retenção em face do adquirente da coisa locada	256
6. Momento para alegação das benfeitorias	256

DO EMPRÉSTIMO

1. Introdução	258
2. Modalidades de empréstimo	259

Seção I Do comodato

Art. 579	261
1. Conceito	261
2. Histórico	263
3. Natureza jurídica	264
a) Real	264
b) Unilateral ou bilateral imperfeito	266
c) Gratuito	267
d) Não solene	268
4. Elementos (piano da existência)	270
a) Coisa não fungível	270
b) Temporariedade	271
5. Requisitos (piano da validade)	272
6. Obrigações (piano da eficácia)	273
a) Obrigações do comodatário	273
b) obrigações do comodante	274

347.44(81)
S229c



7. Extinção	275
8. Morte dos contratantes	277
9. Comodato modal	278
Art. 580	280
1. Necessidade de autorização judicial	280
2. Dispensa de autorização judicial	281
a) Pais	281
b) Locatários	281
Art. 581	282
1. Terminio do comodato	282
2. Uso concedido	283
3. Extinção antecipada por necessidade imprevista e urgente	284
4. Comodato vitalício	285
Art. 582	285
1. Deveres do comodatário	286
2. Dever de cuidado	286
a) Dever de conservação da coisa emprestada	286
b) Dever de uso normal da coisa emprestada	287
3. Efeitos da constituição em mora do comodatário	287
4. Mora	288
5. Arbitramento de aluguel-pena	288
6. Ação de reintegração de posse	290
Art. 583	292
1. Especial dever de cuidado	292
2. Perecimento acidental da coisa emprestada	293
3. Perecimento culposo da coisa emprestada	294
4. Distinção do mútuo	294
Art. 584	295
1. Despesas normais de manutenção	295
2. Despesas extraordinárias de manutenção	296
Art. 585	297
1. Empréstimo de uma coisa a vários comodatários	297
2. Efeitos	298

Seção II Do mútuo

Art. 586	299
1. Conceito	300
2. Histórico	302
3. Natureza jurídica	305
4. Elementos (piano da existência)	306

347.44(81)
S229c



a) Consenso	306
b) Coisa fungível	306
c) Tradição	307
d) Temporariedade	307
5. Requisitos subjetivos (piano da validade)	308
a) Capacidade do mutuante	308
b) Capacidade do mutuário	308
6. Obrigações (piano da eficácia)	309
a) Perecimento da coisa	310
b) Exigência de garantia	310
c) Vencimento da dívida	310
7. Modalidades de mutuo reguladas por normas especiais	311
8. Controle dos juros no mutuo oneroso	311
9. Extinção	312
10. Promessa de mútuo	312
Art. 587	314
1. Efeitos do mútuo	314
2. Transmissão do domínio	315
3. Distribuição dos riscos	315
Art. 588	316
1. Mutuo a menor	316
2. Histórico	317
3. Menores	318
4. Efeitos	319
Art. 589	319
1. Exigibilidade do mutuo concedido a menor	319
2. Ratificação pelo responsável	320
3. Alimentos habituais	320
4. Menor com bens ganhos de seu trabalho	321
5. Reversão em benefício do menor	321
6. Malícia do menor	322
Art. 590	322
1. Notória modificação da situação econômica do mutuário	322
2. Exceção de insegurança	323
Art. 591	324
1. Mútuo para fins econômicos	324
2. Histórico da limitação dos juros	326
3. Empréstimos concedidos por instituições financeiras	329
4. Limite dos juros remuneratórios	332
5. Capitalização dos juros	337
6. Controle dos juros	339
Art. 592	341



1. Vencimento da divida	341
2. Vencimento convencional	342
3. Vencimento legal	343

BIBLIOGRAFIA	347
--------------	-----

347.44(81)
S229c

